

As perspectivas dos leilões de energia com a modernização do setor elétrico (1)

Dennis Bocuzzi (2)

Joviano Santos (3)

Luane Valim, Anna Petrini e Victor Cardoso (4)

Mas o que contribuiu de forma decisiva para esse modelo ter levado a essa expansão significativa do sistema? É possível citar em resposta um aspecto decisivo: a duração dos contratos.

1 – O modelo brasileiro de contratação de energia

O Novo Modelo do setor elétrico brasileiro, implementado no ano de 2004, trouxe consigo características importantes e necessárias para a evolução setorial à época. Com uma estrutura setorial que vinha sendo desestatizada e desmonopolizada na década anterior, a convivência entre empresas estatais e privadas começava a acontecer. Isso também viria a exigir novas regras a serem adotadas no ambiente setorial para acomodar todas essas mudanças.

As transformações regulatórias nos modelos setoriais se caracterizam principalmente na segregação das empresas por atividade, liberação do mercado para consumidores e modernização do modelo de contratação, como pode ser observado na Tabela 1 abaixo.

| Principais Características | Modelo Antigo (até 1995) | Modelo de Livre Mercado (1995 – 2003) | Novo Modelo (2004) |
|----------------------------|---------------------------------|--|--|
| Financiamento | Recursos Públicos | Recursos Públicos e Privados | Recursos Públicos e Privados |
| Cadeia de Produção | Empresas Verticalizadas | Empresas divididas por atividade: geração, transmissão, distribuição e comercialização | Empresas divididas por atividade: geração, transmissão, distribuição, comercialização, importação e exportação |
| Empresas | Predominantemente Estatais | Abertura e ênfase na privatização | Estatais e privadas em convivência |
| Competitividade | Monopólios | Competição na geração e comercialização | Competição na geração e comercialização |
| Consumidores | Cativos | Livres e Cativos | Livres e Cativos |
| Tarifas | Reguladas em todos os segmentos | Preços livremente negociados para geração e comercialização | No ambiente livre: Preços livremente negociados para geração e comercialização No ambiente regulado: leilão e licitação |
| Mercado | Regulado | Livre | Convivência entre do Mercado Livre e Regulado |
| Planejamento | Determinativo – GCPS | Indicativo – CNPE | EPE |
| Contratação | 100% do Mercado | 85% do Mercado até 2003 | Sobras e Déficits do balanço energético liquidadas na CCEE |

Tabela 1 - Evolução dos modelos setoriais (Fonte: CCEE)

Com esse pano de fundo, para que os agentes de distribuição atendam a carga por completo, ressalta-se a necessidade de realização de leilões de energia regulados. A sistemática adotada no Brasil para esse formato de contratação foi bastante única e de sucesso (até o momento, ao

menos). Criou-se um ambiente concorrencial em que as distribuidoras declaram suas necessidades e, a partir disso, cria-se a demanda para os geradores ofertarem seus melhores preços nos certames.

Esse modelo impulsionou de forma significativa a expansão do parque de geração brasileiro, saindo de 87 GW instalados em 2004 para os atuais 175 GW.

Mas o que contribuiu de forma decisiva para esse modelo ter levado a essa expansão significativa do sistema? É possível citar em resposta um aspecto decisivo: a duração dos contratos.

No ambiente regulado dos leilões, os contratos possuem duração de 20 ou 30 anos, dependendo da fonte de energia utilizada e de sua modalidade (por quantidade ou por disponibilidade). Sem dúvida, o prazo dos contratos foi o fator principal para o project finance dos parques geradores, garantindo aos financiadores um fluxo de caixa estável no deal.

2 – Agenda prevista de leilões

No período 2021-2023, o Ministério de Minas e Energia (MME) está com a previsão de realizar ao todo 17 certames, conforme apresentado na Figura 1 abaixo.

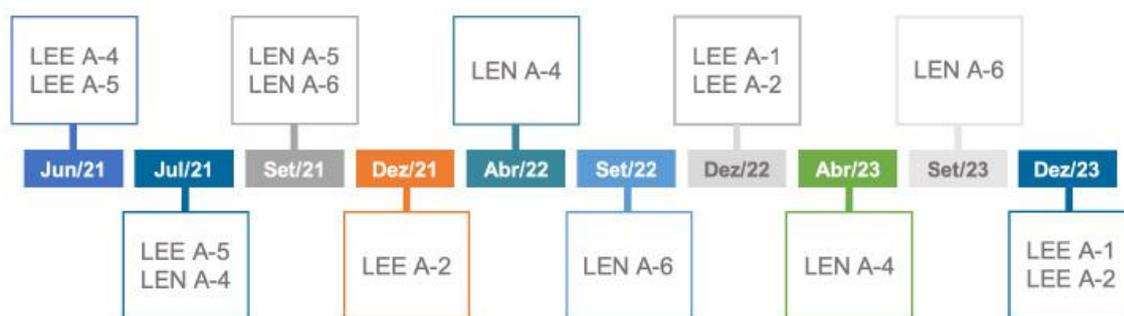


Figura 1 - Leilões previstos para o período 2021-2023 (Fonte: CCEE).

Para os leilões A-3 e A-4 de energia nova, ocorridos em julho deste ano, participaram as fontes eólica, solar, termelétrica biomassa e hidrelétrica (Figura 2), com a duração dos contratos entre 20 e 30 anos.



Figura 2 - Fontes e duração de contratos (Fonte: EPE)

Considerando ambos os certames, foram cadastrados mais de 1.800 projetos únicos, totalizando uma oferta de incremental de geração de aproximadamente 67 GW (Figura 3).

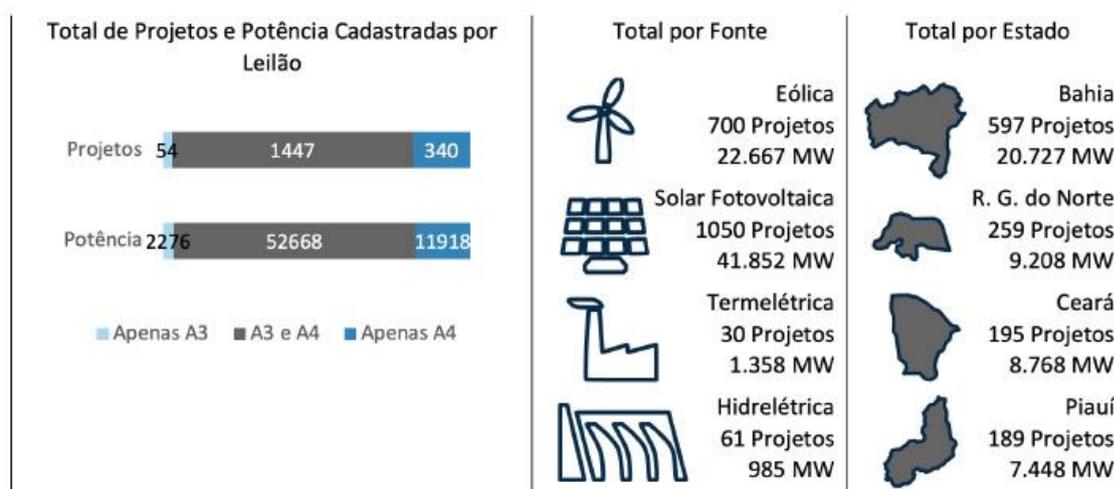


Figura 3 - Perfil dos projetos cadastrados. Fonte: EPE

Do lado da transmissão, há a previsão de 2 leilões para 2021, sendo que um deles já foi realizado em junho último, com investimentos da ordem de R\$ 1,3 bi.

3 – Cenário Atual e Perspectivas: Contratação das Distribuidoras e Carga

De acordo com dados da CCEE no ano de 2020, o volume de contratos das distribuidoras correspondia a 109,1% da carga registrada no período, muito influenciado pelo declínio que houve no consumo energético do país diante da pandemia de COVID-19 (Gráfico 1). Em

2020, a carga do Ambiente de Contratação Regulada (ACR) chegou a 43,5 gigawatts (GW) médios, enquanto os contratos registrados pelo conjunto das distribuidoras no país somavam 47,5 GW médios.

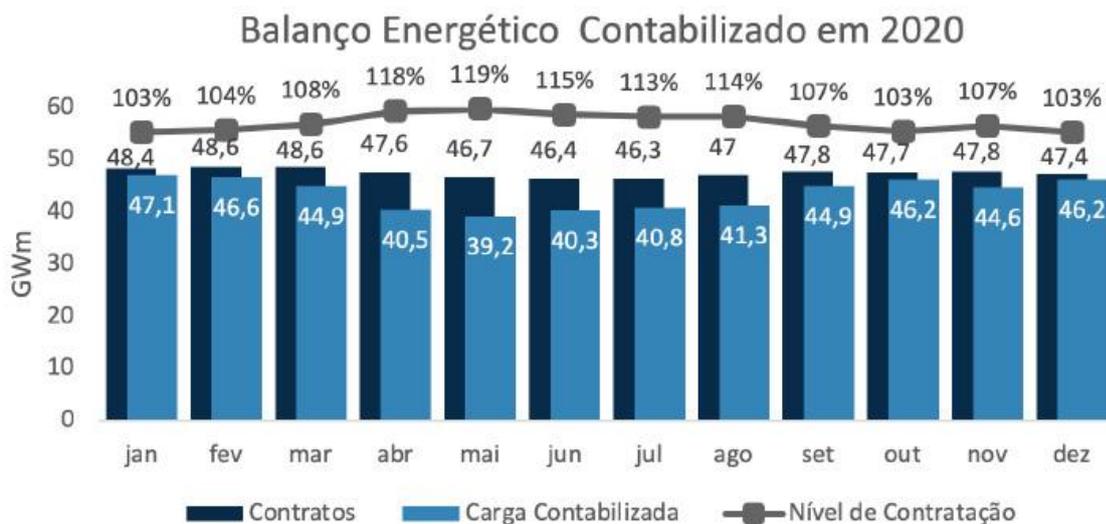


Gráfico 1 - Balanço energético 2020 (contratos x carga contabilizada). Fonte: CCEE.

Já para o ano de 2021, a expectativa é que haja uma sobrecontratação de 105,1%, bem próxima já do teto regulatório. Atualmente, a CCEE realizou a maior parte dos processos do chamado Mecanismo de Venda de Excedentes (MVE) previstos para esse ano. O resultado alcançado até então aponta uma redução de 2,8% para a sobrecontratação das distribuidoras ao final de 2021 (cerca de 1,2 GW médios), levando-se em conta a projeção da carga de 44,2 GW médios (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Efeito do MVE para os contratos registrados e projeção de carga.

As projeções para que a carga fique acima do montante de contratos indicam que isso deverá acontecer em 2025, conforme apresentado no Gráfico 3.

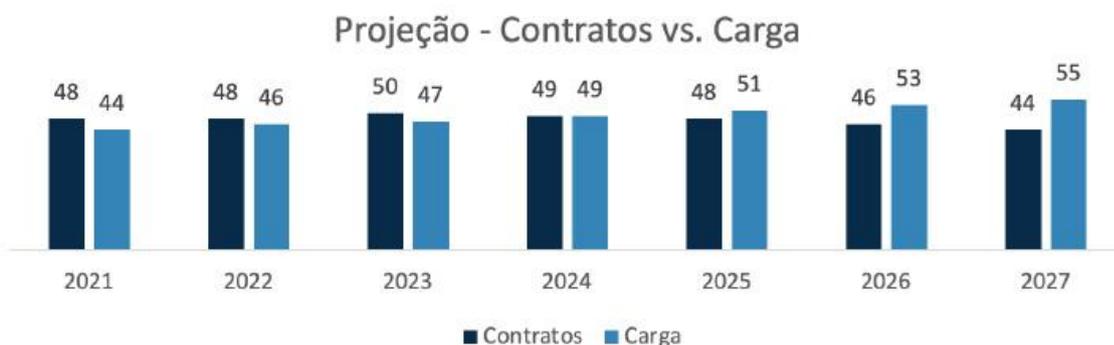


Gráfico 3 - Projeção Contratos vs. Carga

4 – Resultados dos últimos certames

Ao final do mês de junho foram realizados os Leilões de Energia Existente (LEE) A-4 e A-5

de 2021. Os certames negociaram energia existente de termelétricas pelo período de 15 anos no mercado regulado para distribuidoras. O empreendimento vencedor é a Usina Termelétrica de Cubatão, de propriedade da Petrobras, com potência nominal de 249,9 MW.

O leilão permite a renovação da usina, proporcionando a redução na emissão de gases e geração de energia a um custo menor. A usina hoje é despachada a um custo de R\$ 350,00/MWh e passará a despachar por praticamente metade do valor.

A demanda contratada nos LEEs realizados não inibiu a concorrência das fontes renováveis nos Leilões de Energia Nova (LEN) A-3 e A-4 realizados em seguida, no início do mês de julho. Foram negociados 984,7 MW de energia proveniente de usinas de 9 estados do Brasil. Houve negociação de energia tanto na modalidade quantidade (hidrelétricas, eólicas e solares) quanto na modalidade disponibilidade (térmicas a biomassa), todas para contratações a longo prazo, por no mínimo 20 anos.

Considerando os dois leilões realizados, as fontes renováveis intermitentes lideraram a negociação, tanto em número de projetos quanto potência contratada. A fonte eólica liderou em potência contratada com 419,5 MW negociados (60,9 Mwmédios), seguida da fonte solar, que totalizou 269,3 MW (37,4 Mwmédios). Tais resultados reforçam o compromisso das empresas com novas alternativas de geração alinhadas às metas ESG. A Figura 4 abaixo apresenta o quadro de resultados dos certames de energia nova realizados.

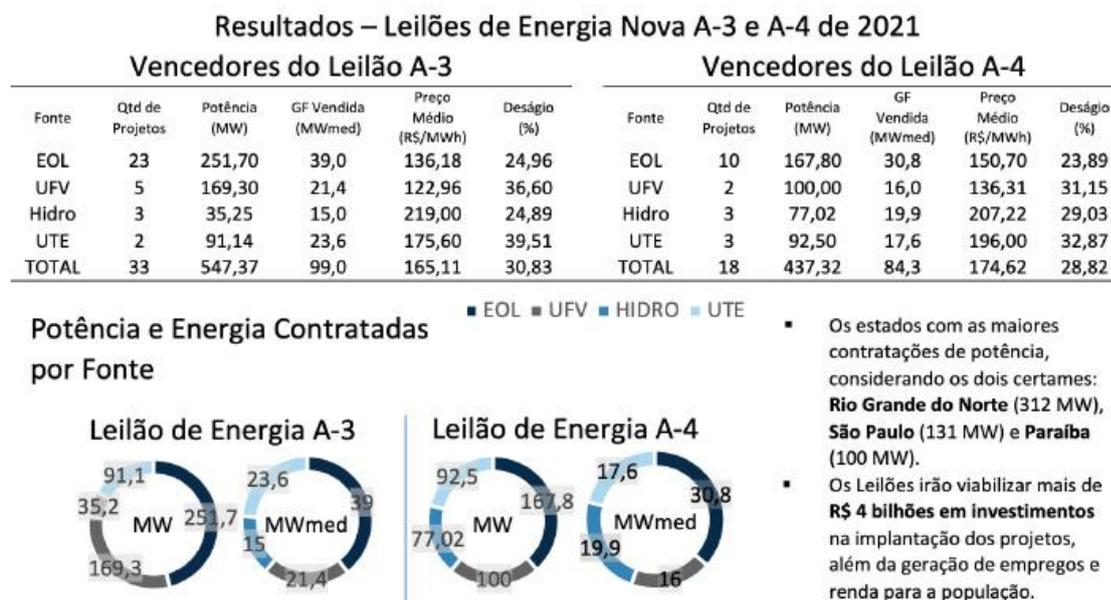


Figura 4 - Resultados – Leilões de Energia Nova A-3 e A-4 de 2021 (Fonte: EPE)

No que tange à transmissão, foram negociados no leilão 001/2021 5 lotes, somando R\$ 1,3 bi de investimentos. O deságio médio resultou em cerca de 48%, com uma RAP média de aproximadamente R\$ 95 milhões, e relação RAP/CAPEX em torno de 7%.

| Lote | Descrição | UF | Investimento (R\$) | Vencedor |
|------|--|-------|--------------------|---|
| 1 | - LT 230 kV Abunã – Rio Branco, C3; - SE 230/69 kV Tacumã; - Trechos de LT 230 kV entre SE Tacumã e a LT 230 kV Abunã – Rio Branco, C2. | AC/RO | 423.155.000 | EDP – Energias do Brasil S.A. |
| 2 | - LT 345 kV Venda das Pedras – Sete Pontes, C1 e C2, CD; - LT 345 kV Comperj – Venda das Pedra, C1; - SE 345/138 kV Sete Pontes. | RJ | 420.727.000 | Shangai Shermar Power Holdings Co. Ltd. |
| 3 | - SE 500/138 kV Cuiabá Norte; - Trechos de LT 500 kV entre a SE Cuiabá Norte e a LT 500 kV Jauru – Cuiabá, C2. | MT | 210.488.000 | MEZ Energia e Participações Ltda |
| 4 | - SE 230/138 kV Gurupi – novo pátio em 138 kV e transformação 230/138 kV. | TO | 74.914.000 | Energisa Transmissão de Energia S.A. |
| 5 | - SE 230/88 kV Dom Pedro I; - Trechos de LT 230 kV entre a SE Dom Pedro I e a LT 230 kV São José dos Campos – Mogi das Cruzes, C1; - Trechos de LT 88 kV entre a SE Dom Pedro I e a LT 88 kV Mariporã – Jaguari C1 e C2, CD. | SP | 161.364.000 | MEZ Energia e Participações Ltda |

Tabela 2 - Resultados leilão de transmissão 01/2021 (Fonte: ANEEL)

5 – Perspectivas e Conclusão

O modelo de leilões no setor elétrico brasileiro é referência mundial em termos de competitividade e atratividade para os investidores. Há uma regulação sólida e que possibilita segurança ao investidor quando da possibilidade de alocação de capital no país.

Esse movimento estratégico setorial foi implementado logo após a crise do “apagão” em 2001, e, desde então, há consideráveis evoluções setoriais.

No segmento de geração, por exemplo, o Brasil saiu de, aproximadamente, 76 GW de potência instalada, para os atuais 175 GW (incremento de 130%) na oferta de energia.

Com relação à transmissão, houve um aumento de 132%, também no mesmo período (saímos de 70.000 km de linhas de transmissão para os atuais 162.000 km), como mostra o Gráfico 4.



Gráfico 4 – Extensão da Linhas de Transmissão do SIN

De acordo com dados da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), desde sua criação, em 1996, a autarquia já viabilizou mais de R\$ 1 trilhão de investimentos no setor elétrico, como apresentado na Figura 5.



Figura 5 – Investimentos viabilizados no setor elétrico

Analisando os resultados dos leilões acima mencionados (tanto os de energia existente, quanto os de energia nova e, também, os de transmissão), poderia se inferir que: i) apesar dos níveis, agora mais reduzidos, de sobrecontratação das distribuidoras, houve ainda espaço para contratar uma parcela – ainda que pequena – de energia nos certames, o que pode indicar que há espaço para recuperação da carga, em conjunto com a economia, nos próximos 5 anos; ii) os leilões de transmissão não tiveram lotes em vazio, mantendo níveis de deságio bastante agressivos para o momento de pandemia ainda vivido na economia, o que eleva sobremaneira o custo de materiais para esses projetos. Esse nível de deságio mostra que, mesmo com o cenário conjuntural, há uma convicção, pelo lado do investidor, da boa rentabilidade e atratividade desses ativos, face a outros ativos potencialmente concorrentes, na visão de um portfólio de investimentos.

Isso posto, é importante salientar que, mesmo com o pano de fundo da modernização setorial em paralelo à realização desses certames, na qual, entre outros assuntos, tem-se discutido um novo formato de contratação de empreendimentos de geração (separação lastro e energia), é muito improvável que os leilões já previstos não viabilizem projetos. O que pode acontecer, e de fato já houve nos leilões de energia nova deste primeiro semestre, é uma contratação em volume de energia bastante inferior ao que usualmente era praticado.

Os leilões do setor continuarão a ocorrer, independentemente do formato (de capacidade, com separação de lastro e energia, ou como são feitos da forma atual). Haverá a viabilização da expansão da geração e da transmissão de energia, contribuindo com a atratividade dos investimentos no país, além da geração de emprego e renda para a população, com o amparo de uma regulação transparente e de respeito aos contratos.

- (1) Artigo publicado na Agência Canal Energia. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/artigos/53185042/as-perspectivas-dos-leiloes-de-energia-com-a-modernizacao-do-setor-eletrico> Acesso em 27 de agosto de 2021.
- (2) *Dennis Bocuzzi é Senior Manager na Alvarez & Marsal.*
- (3) *Joviano Santos é Manager na Alvarez & Marsal.*
- (4) *Luane Valim, Anna Petrini e Victor Cardoso são Associates na Alvarez & Marsal.*